

III – O Brasil não é uma ilha

Fernando Henrique Cardoso
Eduardo P. Graeff (org.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, FH. GRAEFF, EP., org. O Brasil não é uma ilha. In: *Perspectivas*: Fernando Henrique Cardoso: idéias e atuação política [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp. 25-38. ISBN: 978-85-99662-67-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

III

O BRASIL NÃO É UMA ILHA

A CIRANDA DO DESENVOLVIMENTO IMPORTADO¹⁰

Como é que você vê a questão da dependência econômica nestes últimos anos?

- Houve um corte muito importante no processo de dependência. Não exatamente nestes últimos dez anos, mas na segunda metade dos anos 50. E por quê?

- Porque dependência externa todas as economias periféricas sempre tiveram, as colônias e semi-colônias. Ou seja, nesses casos sempre houve uma dependência do mercado externo, no sentido de que as indústrias e o capital financeiro dos países centrais utilizavam as regiões da periferia do mundo capitalista para garantir matérias-primas, produtos de alimentação; e faziam empréstimos basicamente para a organização do setor de estradas de ferro e portos, a fim de permitir o escoamento da produção. Esse era o quadro clássico da dependência, digamos assim, colonial e semi-colonial. E mesmo depois que os países se independizaram e passaram de colônias a nações, ficaram grudados a esse sistema.

- Então, havia geralmente a idéia de que os países periféricos não se industrializariam e que os países centrais teriam interesse em impedir a industrialização. Os cartéis, os trustes, como se chamavam então, impediam essa industrialização. Isso era real. Você veja aqui no Brasil o caso de Volta Redonda. Como é que se construiu Volta Redonda? Numa tremenda luta em que o governo brasileiro, movido pelo fato de que se aproximava a guerra e queria uma certa autarquia no processo produtivo, e tinha consciência de que era preciso desenvolver industrialmente o país, fez um esforço enorme no sentido de atrair capital privado, nacional e estrangeiro. Dos nacionais o grupo Guinle e alguns outros menores aceitaram, mas o setor estrangeiro recusava. A *United Steel Corporation* foi muito procurada, mas sempre recusava. A certa altura, por exemplo, o conselho diretor dessa grande empresa americana declarou que não tinha interesse nenhum em deslocar para cá o processo de produção industrial, já que o processo de produção industrial estava em larga medida sendo bem atendido, sendo feito lá, e nós éramos clientes.

- Então fica bem claro o fio do meu raciocínio. Até certa época o grande capital internacional se recusava a industrializar a periferia. Ora, veio a guerra. E quando veio a guerra, bem ou mal, vários países como o Brasil, o México, a Argentina, a Índia começaram a se mover no sentido de substituir importações. Ou seja, de produzir aqui por sua conta, o que não recebiam. E foi se constituindo, por nosso esforço, um parque industrial. Num caso, como o do aço, com apoio americano, e também de outros governos, por razões políticas, não por razões econômicas.

- Quando terminou a guerra, o Brasil, por exemplo, exportava muito tecido para a África. Tínhamos formado o nosso parque industrial. A partir daí é que as grandes empresas multinacionais começaram a se interessar em transferir capital do centro para a periferia. Por várias razões. Uma, porque havia que controlar os mercados locais que estavam se fechando. E essa era uma razão muito importante. Outra, porque elas estavam numa competição forte entre elas, e estavam na reconstrução do pós-guerra. Também porque já havia uma mão-de-obra abundante e mais treinada. Enfim, havia uma série de razões.

- Assim, a partir dos meados da década de 50 começa a mudar o tipo de entrosamento entre o centro do capitalismo e a sua periferia. E mudou a forma da dependência. É que a partir dessa época, ao invés de sermos nós que buscávamos a industrialização, são as grandes empresas que começam a forçar para vir para cá. No governo de Juscelino, com o “Plano de Metas”, aí já era claro. Houve uma série de grupos, por exemplo, ligados à indústria auto-imobilística, à indústria naval, enfim, vários grupos de trabalhos que propiciavam isso, procurando os mecanismos de transferência, a fim de subsidiar o capital das empresas estrangeiras. E elas passaram a vir.

¹⁰ Entrevista a Jorge Pinheiro, “Folhetim”, *Folha de São Paulo*, 9 de dezembro de 1979.

- A partir daí, toda a luta anti-imperialista, que era uma luta que tinha por base a crença de que o imperialismo não viria industrializar a periferia, ficou um pouco no ar. As pessoas não perceberam que o imperialismo passou a industrializar a periferia, controlando-a de outra maneira.

- As economias locais se engancharam nas economias internacionais de tal maneira que o externo virou interno. O que era percebido como algo de fora passou a ser visto como algo de dentro. A Volkswagen de onde é que é? Não é Volkswagen do Brasil? General Motors do Brasil, tudo isso? Isso não só confundiu ideologicamente. Houve um problema mais interessante ainda. É que a partir desse momento o grande mercado para consumir essa produção, feita nos países periféricos que se industrializaram, não era mais o mercado dos países centrais. Era o mercado local. Ninguém faz um milhão de Volkswagens para exportar. É para consumir aqui dentro.

- Isso provocou uma tremenda alteração na estrutura social dos países que se industrializaram. E esse fenômeno é novo. É um fenômeno onde você tem dependência e ao mesmo tempo industrialização e mudanças importantes na estrutura da sociedade. O número de operários aumentou violentamente. A classe média se tecnificou: são engenheiros, administradores de empresas, economistas. A própria estrutura das empresas comporta uma massa de assalariados que não são operários diretos.

Poderíamos dizer então que esse processo de industrialização dá origem a novas classes?

- Podemos falar que houve uma transformação da estrutura de classes. Pode ser que existissem embrionariamente essas classes, mas elas se modificam muito. Vou dar exemplos.

- A classe operária aumenta numa velocidade enorme. É esse grande ABC de São Paulo, a periferia de São Paulo, o eixo São Paulo-Santos, o eixo Rio-São Paulo, o eixo Rio-Santos, eixo São Paulo-Campinas, é tudo isso. A classe média também se modifica muito. Qual era a velha classe média brasileira? Ela era composta de quê? Funcionários públicos e profissionais liberais: médicos, advogados, engenheiros, professores. Isso era o grosso da classe média brasileira. Em geral pessoas ligadas às classes dominantes, mas que tinham perdido status. Ou então, em alguma menor medida, alguém que começava a subir. Essa nova classe média que está aqui é outra coisa. Primeiro, os médicos, advogados e engenheiros, que antes eram profissionais liberais, hoje são assalariados em grande medida. Em segundo lugar, outro setor importante da classe média, que era *stricto sensu* a pequena burguesia, perde importância. O que é uma pequena burguesia? O nome está dizendo: uma burguesia pequena. São os que possuem poucos bens de produção e exploram poucos trabalhadores. O vendeiro da esquina, o fulano que fazia, quase artesanalmente, sapatos. Tudo isso, não é que desapareça totalmente, mas se perde num mar de outro tipo de organização social. E você substitui essa pequena burguesia por uma outra camada. São os assalariados do grande capital. (...)

- Outra modificação importante: esse processo de industrialização não se deu só através das multinacionais. Ele se deu também porque houve uma espécie de acoplamento entre o setor de produção local e o setor de produção internacional. Não é que tenha desaparecido a burguesia nacional. A burguesia nacional está aí. Só que antes se poderia imaginar que ela iria repetir a história da burguesia alemã ou a história da burguesia francesa. Agora já não se imagina isso. Sabe-se que ela vai desempenhar um papel associado ao grande capital internacional. Não é que ela esteja associada diretamente. Muitas vezes não está associada diretamente, é formalmente independente. Todo sistema de produção está enganchado. Então se você tem uma fábrica de autopeças nacional, essa fábrica de autopeças produz para uma empresa multinacional. Não tem alternativa. Formalmente ele é um empresário nacional, mas está inserido num contexto que internacionalizou a economia. Não é que a economia aqui haja se desnacionalizado. Os nacionais continuam aí. Até cresceram, mas se internacionalizaram. A função dos nacionais é diferente da que foi no passado. Isso é específico dessa nova forma de dependência.

- E também, por outro lado, é um fato notório que o setor estatal da economia cresceu muito. É uma simplificação dizer: tudo está controlado pela multinacional. O setor estatal cresceu e o setor local também cresceu. Agora, o padrão de desenvolvimento industrial é que é dado pela multinacional. E o que é padrão de desenvolvimento industrial? A tecnologia que vai ser usada, o tipo de produto que vai ser produzido, o tipo de consumo que é insuflado, essa nossa sociedade consumista de massa. Isso é que é o miolo da questão.

- E por último o sistema financeiro. A grande forma de dependência agora é tecnológica e financeira.

É isso que amarra a economia local à internacional. Muita gente diz: o que está havendo não é dependência, é interdependência. Pois bem, pode ser que se considere formalmente interdependência, mas uma coisa é você ser banqueiro e emprestar dinheiro e outra coisa é você ser cliente e tomar dinheiro emprestado. É uma interdependência um pouco chata, porque um tem a capacidade de cortar o oxigênio numa certa hora e o outro não tem essa mesma capacidade. Então o que aconteceu na nossa economia é que ela se acoplou mesmo à economia internacional, mas se acoplou de tal maneira que ela não tem condições de realizar o ciclo completo do seu desenvolvimento. E por quê? Pelas duas razões que já expliquei: não tem financiamento para isso, nem tecnologia.

- Aqui houve uma inversão. E não foi somente no Brasil, mas nesses vários países que se industrializaram sob esse modelo de dependência associada. Houve uma inversão no processo histórico. No grande desenvolvimento capitalista clássico, inglês, americano, os inventos, o processo de criação do setor de ponta veio paralelamente com o crescimento mais ou menos harmônico do conjunto da economia. Por exemplo, ninguém vai fazer automóvel sem antes ter resolvido os processos através dos quais você pode produzir certas ligas de aço. Agora, nos países de desenvolvimento dependente se dá o oposto. Você começa pelo automóvel, pela televisão em cores, pelo transistor, sem ter dominado esse processo. Então você começa por onde os outros acabam, invertido. Só que não se deu um salto para adiante. Ficou faltando uma perna.

- Essa perna depende da importação. Importar equipamentos. Para você importar precisa ter disponibilidades de divisas, tem de ter dinheiro. E você só tem essa disponibilidade exportando. Então o modelo é de desenvolvimento industrial dependente e, ao mesmo tempo, ele tem de ser exportador. Não porque não tenha mercado interno para consumir o que produz aqui, mas porque você não tem moeda forte para importar o equipamento básico para continuar esse processo de desenvolvimento. Ou você exporta para ter esse dinheiro para poder importar, ou a taxa de crescimento da economia decai. Ora, isso aumenta a sua dependência num certo sentido. Quando o mercado internacional se contrai e você não pode exportar (foi o que aconteceu nos últimos anos, depois de 1973), ou você pára de crescer ou aumenta a dívida externa, para poder continuar nessa ciranda louca de desenvolvimento importado. Então, na hora da onça beber água, quando você não tem dinheiro para importar, o que é que acontece? O grande capital financeiro internacional banca isso. E ao bancar aumenta a dívida externa, aumentam os juros da dívida e dá no que deu agora.

- É outra forma de dependência, mais complicada que a do passado. Você precisa do capital estrangeiro, mas capital estrangeiro financeiro para financiar a sua dívida; e você não deu o salto tecnológico necessário. Mas você, ao mesmo tempo, criou um mercado de consumo interno já ligado a essas formas super-avançadas de consumo de massa, que pressiona para que se produzam esses produtos para os quais você não tem capacidade.

A tendência para a próxima década é a manutenção desse modelo de dependência, ou você vê alguma forma de ruptura?

- Eu acho que no caso brasileiro nós estamos numa encruzilhada violenta, porque a dívida externa está muito alta, o serviço da dívida é pesado. E hoje se exporta cerca de 12 bilhões de dólares e se importa, entre petróleo e equipamentos, praticamente o mesmo, ou seja, 12 bilhões de dólares. Aliás, mais do que isso. Só do serviço da dívida você tem de pagar seis bilhões de dólares. Isso põe um limite objetivo nesse processo. Dívida externa, inflação e carência de petróleo — isso nos leva a tomar decisões básicas. Decisões que vão conformar o nosso futuro. Por enquanto, os planos existentes são os da substituição do petróleo pelo álcool de cana ou de madeira. O de madeira implica um certo investimento tecnológico, mas é mais rendoso que o da cana e não ocupa terras de boa qualidade. Qualquer que seja a decisão que se tome aí, ela vai ter implicações fundamentais sobre o futuro do Brasil.

- Mas, mesmo que os planos sejam exitosos, lá por volta de 1985, se nós fizermos um investimento da ordem de 10 bilhões de dólares no álcool, não vamos conseguir senão manter a situação atual. Vamos ter de continuar importando petróleo, porque o álcool não substitui o *diesel* na produção industrial. E mais ainda, parece um pouco insensato que se faça um esforço tremendo desse tipo para manter no fundo a mesma coisa. Para manter os automóveis circulando, para manter o tráfego de mercadorias basicamente em caminhões, para ter uma estrutura viária caríssima e um problema urbano quase insolúvel, como é o problema das grandes cidades brasileiras.

- Então eu me pergunto: será que não é o momento de dar uma sacudida nisso e mudar o modelo? Será

que não podíamos pensar um pouco mais, que esse tipo de industrialização às avessas tem de ser controlado? Todos vão começar a sentir os efeitos dessas dúvidas. O pão do pobre já está muito difícil, e há muitos anos que ele é difícil. Antes o Volkswagen da classe média era farto, mas agora ele começa a ser controlado. Vão tentar tirar o Volkswagen da classe média. E como é que você faz isso, se não oferecer à classe média pelo menos um modelo de futuro mais solidário? Se não tem uma ideologia que diga: bem, minha gente, isto é um país que tem que ser construído não só para os ricos. Será que não é o momento de se levantar os grandes temas, como o da guerra à pobreza? Mas essa guerra à pobreza não pode ser feita sob esse modelo. Industrialização sim, é importantíssimo, mas não dá para industrializar dessa maneira. Mas por que fazer automóveis ao invés de tratores e caminhões?

- Eu acho que há condições para você mudar o País. Acho que há necessidade de mudar o País, mas acho que não se muda o País a frio. Ninguém acredita. Hoje a crise maior não é econômica, não é do modelo, é crise de confiança política. Você não pode dizer para a classe média: não gaste gasolina porque o governo está cuidando de fazer um País melhor. Ela não vai acreditar. Vai achar que o governo não quer que ela gaste gasolina para poder enriquecer mais os Atallas da vida.

- Não há saída: os próximos dez anos não serão promissores senão criarmos uma força política capaz de re-assegurar a confiança de que a liderança não é uma liderança para explorar, é uma liderança que realmente tem em vista uma transformação de base. Senão os próximos anos serão bem difíceis, porque as coisas são objetivas. O petróleo é objetivo, a dívida é objetiva, os interesses estrangeiros são objetivos. E enquanto houver essa dissociação entre Estado e povo, são poucas as esperanças. Foram terríveis esses anos de militarismo. Os militares compraram esse modelo sem saber o que compravam, ao invés de ver que eles podiam fazer um outro tipo de política, que realmente servisse à Nação. Porque Nação é povo. Não viu o que o presidente Figueiredo disse outro dia? “Eu não sofro pressão para atender os interesses do povo. Só penso no país.” Claro, mas o que é país? São as empresas, por acaso? São e não são as empresas. As empresas são parte dele, mas elas não são o país. O país é o povo, junto com tudo que está aí.

- Queria dizer ainda que esse tipo de desenvolvimento não é generalizado. Não são todos os países que optaram por essa saída. Se você olhar o Equador, por exemplo, não está nesse processo, está num processo mais tradicional. Se você olhar Cingapura ou Coréia do Sul, também é outra coisa, são plataformas de exportação: o mercado de sua industrialização não é local. Isso também muda, já há um pouquinho de mercado local, porém não tem o porte do Brasil, do México, da Índia ou da Argentina. Nos países que são plataformas de exportação o processo é diferente. Muita gente confunde, pensa que o Brasil se industrializou para ser uma plataforma para exportar porque não tem mercado interno. Não é nada disso. Aqui há mercado interno, aqui há viabilidade. O nosso caso é esse: desenvolvimento industrializado dependente.

- Segunda coisa. Bem ou mal este país tem uma vantagem relativa. Ele se industrializa quando ainda tem fronteira agrícola aberta. Isso aconteceu nos Estados Unidos e no Canadá. Isso é importante porque diminui a tensão social. Nós não podemos jogar fora isso. Essa coisa apressada de fazer a ocupação da fronteira agrícola através do mesmo sistema que levou a industrialização para o buraco, ou seja, entregando às multinacionais, é um erro brutal. Nós temos opções. A produção agrícola tem atendido ao consumo. É uma produção que reage. Não estou dizendo que se tenha de desorganizar essa produção, mas não é possível pensar em entregar a Amazônia à devastação. Não é possível, simplesmente, que a grande empresa, por seus interesses, leve isso tudo para a frente. Não é possível liquidar assim com os índios, sem mais. Por que um ponto de partida irracional como foi o da cidade? Nós temos de ser razoáveis. Temos chance de ser razoáveis. E temos de tirar proveito disso. Se por um lado temos todos os problemas de que falei, por outro temos uma fronteira agrícola. Temos meios para alimentar a população, temos meios para dar acesso à propriedade da terra a muita gente que quer terra. É um engano pensar que todo o sujeito que está no campo vai virar assalariado agrícola. Não vai. Tem muita gente que quer trabalhar a própria terra. Tem no Maranhão, tem no Piauí, tem na Amazônia. Os processos não são incompatíveis. Não vai virar tudo grande empresa e assalariado. Uma parte vai ser pequeno produtor rural. É preciso pensar isso com um certo pluralismo de vista. O problema do desenvolvimento não é só desenvolvimento industrial, é desenvolvimento como um todo. Nós temos de pensar num outro modelo. E para isso temos de ter uma certa capacidade de decisão política em função dos interesses da maioria da população.

VENTOS DO NORTE¹¹

Como você analisa a partir de agora, com a posse de Ronald Reagan na Presidência dos Estados Unidos, as prováveis mudanças que ocorrerão na política externa norte-americana em relação à América Latina e, mais especificamente, em relação ao Brasil?

- Evidentemente, a eleição de Ronald Reagan significou uma tendência mais conservadora do eleitorado americano. Isto é indiscutível. Depois do ciclo do Vietnã, Watergate, agora deu uma vontade de voltar a ser o que se imagina que os Estados Unidos foram num dado momento de sua história. Portanto, há ventos conservadores. Esses ventos, no entanto, não são uma particularidade dos Estados Unidos. São ventos que hoje também sopram na Europa. Eu acho que a eleição do Reagan é um sinal desses ventos. A grande questão é saber se esse vento vai virar ventania. Eu acho que ele vai ser suficientemente forte para incomodar aquelas áreas mais próximas dos interesses americanos. Por exemplo, na América Central o primeiro ato de seu governo foi aumentar a ajuda à junta de El Salvador. Isso aparentemente deixa claro que, na região do Caribe, seu governo vai pôr em prática uma política de preservação da presença americana. Real ou imaginária, porque às vezes não havia presença nenhuma, às vezes imaginam que deviam ter uma presença. Na medida em que se vai afastando dessas áreas de interesse imediato dos Estados Unidos, dificilmente esse vento vira ventania. Eu não creio que no Brasil, por exemplo, isso tenha conseqüências imediatas. Os ares conservadores do mundo estão aí, e isso já é um sinal, mas não creio que tenham uma força direta sobre o Brasil. Com relação ao resto do mundo — o Leste, o mundo socialista — as relações não se regem pelos humores do presidente americano, nem pela direita ou esquerda eventual da opinião pública. Estão regidas pelo poder relativo de cada bloco, que não muda porque o Reagan se elegeu. Talvez eles procurem aumentar o poderio americano que, diga-se de passagem, é muito grande. Contudo, cada vez que há uma eleição nos Estados Unidos a imprensa americana difunde que os Estados Unidos estão em uma situação difícil, que a União Soviética está ganhando pontos. Isso é habitual na maneira de o candidato à Presidência criticar o presidente. A política militar americana tem a sua dinâmica própria, e eu não creio que ela vá se alterar sensivelmente, mesmo porque eles são extremamente preocupados com isso, do mesmo modo que a União Soviética.

Em relação ao ex-presidente Carter, qual a desvantagem do presidente Reagan, em matéria de imagem internacional?

- Quase seguramente, o que Reagan vai perder em relação ao Carter é o charme da política de direitos humanos. Isso é evidente. Apesar das recentes declarações feitas em Madri, de que o governo americano vai manter o mesmo interesse pela política dos direitos humanos, leia-se: vai manter o mesmo interesse em criticar o abuso dos direitos humanos na União Soviética. Mas eu acho que vai diminuir o interesse em criticar a violação do lado de cá. Quando o Carter veio ao Brasil em 1978, ele falou com algumas pessoas bastante representativas de um ponto de vista liberal, incluindo o cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Eu duvido que o Reagan, vindo aqui, tenha gestos desse tipo.

Apesar dos militares americanos não terem condições de seguir o modelo latino-americano preconizado por seus colegas de farda, a ala dos falcões não está, a partir de agora, sentindo-se revigorada?

- Ela já está revigorada. Tanto que eles estão com o general Alexander Haig, o novo secretário de Estado, que foi o homem que sustentou a fase de transição do governo Nixon. Quando já se estava em plena fase de escândalo de Watergate, era ele quem dava as cartas para, mais ou menos, manter o sistema de poder. E ele, que foi chefe da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), evidentemente é um homem de pensamento articulado, conservador: um falcão.

Contudo, em face dos meandros do poder, dos interesses das multinacionais, etc., a importância de um presidente não seria relativa?

- No mundo moderno, a complexidade é de tal natureza que temos pesos e contrapesos. Essas coisas estão muito amarradas. Há sistemas, blocos de interesses. O que pode mudar é um pouco mais, um pouco menos, mas sem que haja uma ruptura. E nos Estados Unidos nunca houve tal ruptura. A vida cotidiana

¹¹ Da entrevista a Wilson Teixeira Soares. *Ele e Ela*, fevereiro de 1981.

americana não vai mudar. E o sistema internacional — e isto é uma idéia nova — também não vai ser afetado. É um jogo complexo que inclui a ONU, reuniões de cúpula, o diálogo Norte-Sul, enfim, uma série de mecanismos que uma pessoa não muda. Agora — e isto é decisivo para se compreender as atuais transformações — a eleição de Reagan não significa que acontecerá uma mudança, e sim que esta mudança já aconteceu.

E que mudanças são estas?

- Todo o mundo sabe que vivemos uma situação de dificuldade econômica a nível mundial. E, curiosamente, nos dois lados, porque no bloco socialista, em alguns países, há uma situação de crise. Portanto, existe uma inter-relação dessas duas economias, à parte as crises próprias do socialismo, ainda pouco estudadas. Estamos numa situação de dificuldade no mundo inteiro. Recentemente, li em um jornal que o desemprego dobrou na Inglaterra. Claro que nós não estamos como em 1929. Hoje a economia tem mais centros de decisão. É mais difícil que as coisas ocorram com aquelas conseqüências de catástrofe como em 1929. Mas estamos enfrentando uma crise de reorganização da economia mundial em nível muito profundo. Ora, isso provoca uma certa angústia, uma certa insegurança. E é exatamente essa insegurança que provoca esse vento conservador. É um conservantismo preventivo, digamos assim, com medo de que das dificuldades econômicas possa derivar uma pressão das bases, das massas. Então há um conservantismo, e o Reagan é expressão disso.

Esse conservantismo endureceria as decisões da Trilateral?

- Endurece. Eu acho que todos os fenômenos de transição, de mudança de regime, vão ser mal encarados. Um exemplo: a Nicarágua. Bem ou mal, a Nicarágua passou por um processo importante de modificação das suas bases políticas, econômicas e sociais. E essa transição foi feita com forte presença da social-democracia européia, alguma presença de Cuba, e ainda assim a política americana foi de relativa compreensão para com esse processo, que foi tolerado. Agora não. E esta tendência é de lado a lado, tanto que o Afeganistão está mostrando isso, se bem que no bloco socialista também tem a Polônia, que é um desafio sério. Mas eu acho que esse conservantismo pode repercutir até na Polônia, porque o mundo hoje está tão interconectado que o endurecimento de um lado condiciona o outro lado a também endurecer. Portanto, daqui para a frente os blocos do poder aceitarão modificações no equilíbrio de forças com mais dificuldade. Dificuldades, no entanto, não querem dizer impossibilidade, pois a história não se faz segundo a vontade dos donos do poder, apenas. Mas haverá mais entraves...

Para alguns, as decisões da Trilateral não têm um peso significativo para o Brasil. Como você encara esta questão?

- Eu acho que no caso brasileiro as pressões de mudança existem independentemente do que os grandes setores de dominação do mundo opinassem a respeito. No Brasil houve uma certa dinâmica própria — pressão da sociedade e problemas internos no bloco de governo que permitiram uma certa flexibilidade. A filosofia da Trilateral é uma filosofia de, primeiro, entender que o mundo tem que ser internacionalizado do ponto de vista do sistema produtivo; segundo, que era preciso, de alguma maneira, inspirar certas linhas de filosofia política para garantir uma hegemonia cultural do mundo; e terceiro, que tanto quanto possível isso fosse feito dentro de um processo não ditatorial. Será que isso mudou? Acho que não. Essas tendências, na verdade, são reforçadas com esse conservantismo. Não creio que o mundo ocidental possa aceitar a ditadura como uma forma normal de convivência. Além do mais, em virtude da disputa entre os dois blocos, eles têm que reafirmar o princípio democrático no bloco do lado de cá. Mas o que acontece é que essa filosofia política vai estar subordinada a um outro princípio — o da ordem. Democracia dentro da ordem. O que é específico do conservantismo não é querer evitar que mude a forma do regime, mas sim evitar que forças irrompam na cena histórica sem que elas sejam controláveis. Se as forças irromperem e existirem canais para que elas se expressem, desde que o sistema dominante possa se manter, eles incorporam a força emergente. O que o sistema conservador repele é aquilo que não é capaz de ser absorvido. Se houver algo nesse sentido, a filosofia do mundo ocidental, de que a Trilateral é um exemplo, vai optar pela ordem. Porém, tão importantes quanto as eleições nos Estados Unidos têm sido os resultados das eleições na Europa, onde a direita tem ganho.

DIÁLOGO DE SURDOS¹²

A conjuntura internacional é, para dizer o mínimo, sombria. Desde 1973, as lideranças políticas vêm-se preocupando crescentemente com a crise. Possivelmente nenhuma outra palavra gastou mais tinta nos últimos anos do que essa: crise. A louca disparada dos preços do petróleo teria posto em causa a prosperidade capitalista.

Hoje ninguém pensa mais em termos tão simplistas. Os preços relativos do petróleo caíram a golpes da inflação mundial e da redução da demanda. Enfim, tomou-se consciência de que as economias ocidentais passam por uma mutação, umbilicalmente ligada à recessão econômica. O sonho de que a política keynesiana poderia ser o antídoto universal contra as crises desfez-se, deixando os políticos, os economistas e os empresários desamparados. Mudanças tecnológicas, desemprego, endividamento e inflação constituem a obsessão da conjuntura atual.

Nesse contexto, ao mesmo tempo que em Paris se preparava a reunião da “cúpula de Versalhes”, em Argel se discutiu o destino do Terceiro Mundo e a necessidade da criação de uma nova ordem internacional.¹³

No encontro de Versalhes, a guerra assustou mais do que o fantasma da recessão. Agressão no Oriente Médio, nas Malvinas. Por trás delas, embora os acontecimentos atinjam diretamente países que não pertencem ao bloco soviético, é perceptível o temor, nas lideranças ocidentais, de que se precipite um realinhamento. Embora houvesse a participação de cientistas sociais de países que não são membros do “clube dos ricos”, a discussão travou-se ao redor de pontos que nem de longe roçaram o tema de uma nova ordem internacional, tal como esta é entendida pelo Terceiro Mundo. A crise, o desemprego e as mudanças tecnológicas empolgaram o auditório.

O professor Tsuru apresentou um importante trabalho sobre o progresso tecnológico e o desemprego no Japão, mostrando que a “revolução dos robôs” — a “robótica”, palavra feia cujo som vai ferir cada vez mais nossos ouvidos — é um fato. Só para dar um exemplo: a fábrica de automóveis Nussan tinha apenas 10 unidades de robô em 1972; em 1981 contava com 730. Por quê? Porque um robô que trabalha na soldagem pode ser alugado (pelo sistema de *leasing*) por 180 mil ienes por mês, o que é muito menos do que o custo da mão-de-obra. Mais ainda, enquanto um soldador humano pode trabalhar, no máximo, 2 mil horas por ano, um robô trabalha 8 mil horas, descontado o tempo necessário para a manutenção.

Não é de espantar, portanto, que os japoneses hajam multiplicado o número de robôs em funcionamento quase cinco vezes entre 1974 e 1980. O estoque de capital na indústria aumentou consideravelmente, enquanto a força de trabalho humana cresceu minimamente depois da “revolução robótica”.

No Japão, graças ao sistema de emprego permanente assegurado pelas empresas mais dinâmicas, as conseqüências sociais dessas mudanças tecnológicas têm sido o deslocamento da ocupação de mão-de-obra dentro das empresas e o re-treinamento necessário do pessoal. Mas o que ocorrerá nos EUA e na Europa Ocidental quando a “revolução robótica”, que se está gestando no próprio ciclo da crise, começar a atuar com força? A robotização da produção deverá provocar mais desemprego, pois as empresas ocidentais não dispõem do mesmo recurso das japonesas, que oferecem emprego permanente. A introdução e a generalização da microeletrônica já provocaram mudanças acentuadas na estrutura ocupacional dos países da Europa Ocidental, como mostrei em artigo recente.¹⁴

Diante disso e das especulações que se seguem à constatação de que o estoque de capital cresce de modo exponencial, enquanto a mão-de-obra permanece estacionária ou decresce (processo cujas conseqüências teóricas e práticas foram ressaltadas por Tsuru e são consideráveis, pondo em dificuldades a teoria marxista do valor), outros participantes da reunião, como Kaldor e Leontief, deduziram questões da

¹² *Isto É*, 16 de junho de 1982.

¹³ Trata-se de um encontro de especialistas em desenvolvimento promovido pelo governo francês em 1982, como preparação para a reunião dos líderes dos países industrializados em Versalhes, e de uma reunião de políticos e intelectuais do mundo subdesenvolvido ocorrida pouco depois em Argel. O autor participou dos dois eventos.

¹⁴ F. H. Cardoso. “As classes nas sociedades capitalistas contemporâneas (notas preliminares)”: *Revista de Economia Política*, São Paulo, Brasiliense, vol. 2/1, (5): 5-8, jan-mar. 1982.

mais alta relevância. Até certo ponto, a remuneração do trabalhador deixa de ter relação direta com a produtividade de cada ramo industrial. Pode-se, é claro, pensar na “produtividade global” da economia. Mas a repartição da renda passa a ser diretamente um problema de justiça social e, portanto, político, desconectado da produtividade de cada categoria de trabalhador.

Que *lord* Kaldor, trabalhista histórico, conclua isso e se rejubile não surpreende. Que Leontief deduza que a questão principal do mundo contemporâneo é a da justiça social e a da organização dos assalariados e dos consumidores para participarem do bolo da renda é encorajador. Dito noutros termos: os cientistas sociais reunidos para discutir a agenda que deveria orientar as discussões dos presidentes dos países membros do “clube dos ricos” não têm dúvidas em dizer que tecnologicamente, apesar da crise e até incentivadas por ela, as economias capitalistas estão preparando um novo salto à frente. Nele o desemprego e a abundância coexistirão. Logo, ou se recria a sociedade, aumentando a participação de todos na cultura, no lazer e na força de trabalho não diretamente produtiva — e ao mesmo tempo buscando-se critérios sociais para a redistribuição dos frutos do progresso técnico —, ou se criará um horroroso mundo novo, repressivo e cheio de derivativos anti-sociais, como a droga e a violência.

Nada se disse na reunião, entretanto, sobre o Terceiro Mundo, salvo algumas observações quase de provocação de Emma Rotschild, de Enrique Iglesias e minhas. A tal ponto que, na discussão sobre as conclusões, foi apenas graças à insistência de representantes da UNCTAD e de alguns outros funcionários ligados às agências internacionais que o tema relativo às “negociações globais” — como a estabilidade dos preços das matérias-primas — entrou. Em geral ele foi considerado como uma retórica que não inova. Em Argel, ao contrário, as poucas observações críticas sobre o irrealismo de propostas terceiro-mundistas pareciam cair na desconfiança de todos. A injustiça na repartição da renda entre o Norte e o Sul e na concentração do progresso técnico no Norte dava o tom aos discursos iniciais. O elo entre um Norte dominador e um Sul explorado parecia evidente. Mais ainda, a prosperidade do Norte, em larga medida, era vista como resultado da miséria do Sul, causada pela forma colonialista e imperialista da relação Norte-Sul.

Este diálogo de surdos é algo patético. Enquanto os países industrializados preparam a decolagem para um novo século de avanços tecnológicos e dominação mundial, os subdesenvolvidos gemem ao peso de uma realidade cruel. O preço da crise, pela lógica do Norte, tem seus pagadores: não haverá nova ordem internacional. Basta olhar a questão do endividamento mundial. Segundo relatório do Banco Mundial, de 1981, nos dez anos que vão de 1970 a 1980, os desembolsos acumulados feitos pelos financiadores alcançaram 490 bilhões de dólares. Foi, portanto, multiplicado por sete vezes seu valor anual, pois este, em 1970, não ultrapassava 13,9 bilhões de dólares e, em 1979, chegou a 98,5 bilhões. Pois bem, do total da dívida, o que foi realmente transferido aos países do Sul não ultrapassou 203 bilhões de dólares, sendo que, em 1970, foram 5,9 bilhões e, em 1979, alcançaram 28,3 bilhões, tendo crescido apenas 4,2 vezes.

Dito de maneira mais simples, para cada 3 dólares novos tomados de empréstimo, menos de 1 dólar é realmente transferido, sendo que os outros 2 dólares são gastos para pagar o próprio serviço da dívida anterior (fluxo que aumentou 6,4 vezes na década) ou para pagar os juros, fluxo que cresceu dez vezes no período considerado. Convém acrescentar que em 1980 essa dívida era sustentada em 63,7% por fontes privadas.

No plano interno, para os países ricos, também está claro o que pode ocorrer: se os assalariados não se organizam e reagem, a nova prosperidade coabitará com o desemprego e eventualmente com um aviltante *welfare*, cujos prenúncios se vêem nas ruas do Harlem de cada grande cidade norte-americana.

É essa ameaça que, paradoxalmente, exaspera a formação de convicções generosas, embora nem sempre realistas, nas lideranças políticas e intelectuais do Sul. As contradições entre um sistema produtivo tão dinâmico tecnologicamente e as formas de controle da propriedade e da distribuição de renda são tão flagrantes que parece ser sempre iminente uma grande transformação. Até hoje, entretanto, as lideranças dos países mais avançados industrialmente têm conseguido contornar o temporal.

Chegamos, nesta altura da década de 80, a uma verdadeira ruptura nos quadros culturais e civilizatórios. Mesmo a esquerda nos países avançados tem dificuldade em perceber a natureza da demanda do hemisfério dos pobres. E, neste, mesmo sua vanguarda cultural e política custa a entender que os arsenais da imaginação criadora do Norte, tantas vezes perversa, podem germinar saídas para a crise que não contemplam a distribuição da renda entre as nações, embora possam contemplar algum redistributivismo entre as classes nos países ricos. Será que diante deste impasse a única saída seria um coquetel que

misturasse o conflito Leste-Oeste para dar mais realismo à todos e, quem sabe, permitir ao Sul arrancar concessões mais substanciais do Norte?

É difícil prever. Mas por acaso a Guerra das Malvinas, com um mau ponto de partida, não estará paradoxalmente enveredando por esta direção, juntando inimigos de ontem e permitindo a Moscou botar as castanhas no fogo, ao invés de tirá-las, com a mão do gato?

A CRUELDADE DA HISTÓRIA¹⁵

Na semana passada, em Paris, encontrei-me com Raymond Aron num almoço em homenagem a Albert Hirschman, que fazia naquele dia a conferência “Marc Bloch” na Escola de Altos Estudos. Aron, a propósito da guerra das Malvinas, desvanecia-se com sua vitória teórica: uma guerra na qual a volúpia do poder, o nacionalismo e a vontade (que levava a equívocos) imperavam sobre a economia, a razão e as classes. Será?

Não há dúvida quanto às circunstâncias precipitadoras da guerra. O fracasso continuado do regime militar argentino na condução do país levou os dirigentes a projetarem sobre as Malvinas a esperança de um reencontro entre a ação do governo e o sentido histórico. Nada disso diminui a crueldade dos acontecimentos e os caminhos tortuosos que escondem o fio condutor da ação. Um exército que nega a seu próprio povo a soberania política efetiva e que se preparava para, eventualmente, ajudar outros exércitos a esmagarem as tentativas de soberania do povo de El Salvador foi buscar na integração simbólica das ilhas longínquas do Atlântico Sul à Argentina a redenção de sua incapacidade política e da carga pesada de mortos, desaparecidos e torturados.

Não deixa de ser também cruel e curioso, para dizer o mínimo, ver como a Inglaterra (a “Pérfida Albion” do colonialismo), também enredada nos desatinos do governo ultraconservador de Margareth Thatcher, desvia a atenção dos problemas do desemprego, da crise econômica e da incapacidade de renovar-se, aceitando passivamente, de início, as ameaças de Galtieri e, depois, jogando o peso da Armada, do preconceito anti-latino-americano e da solidariedade do mundo desenvolvido para restabelecer sua soberania sobre as Malvinas e o direito dos ilhéus de serem britânicos.

Provavelmente, nem o General Oaltieri, nem a Sra. Thatcher calcularam os riscos e as conseqüências. Menos ainda os combatentes poderiam imaginar quantas vidas seriam tragadas pelo mar ou pelas balas. Um só “Exocet” transforma em fogueira os navios de alumínio; um só disparo afoga para sempre centenas de jovens pateticamente patrióticos, vítimas da urdidura sinistra tecida pelos problemas econômicos e políticos internos dos dois países que, de repente, viraram conflito externo.

Quanto às conseqüências, elas sempre vêm depois, como diria o Conselheiro Acácio. Mas algumas já vieram. A solidariedade precipitada dos países do Norte e a sem-cerimônia de Haig facilitariam a ironia da História quebrando antigos alinhamentos automáticos: entre os torturadores de Buenos Aires e os revolucionários da Líbia estabeleceu-se o elo tácito do interesse comum. A doutrina Monroe foi substituída pela solidariedade (tímida e não homogênea, mas ainda assim real) dos latino-americanos.

Outras conseqüências virão depois. Derrotada militarmente a Argentina, como governarão seus generais? Que capacidade de cobrança, senão maior, terão agora as “*locas de Plaza de Mayo*”? Serão capazes os sindicatos e a multipartidária Argentina de oferecer uma alternativa de governo? A massa trabalhadora reencontrará, na sinuosidade do processo político, caminhos antes barrados?

O custo de tudo isso é enorme. Os riscos também (basta pensar nas conseqüências do conflito sobre o sistema financeiro mundialmente debilitado) e seria insuficiente imaginar que na guerra das Malvinas nada mais há do que o sentimento nacional e a vontade do poder. Bem ou mal, à derrota argentina seguir-se-á a fria lógica da imposição dos interesses do Norte sobre o Sul. No rescaldo, não serão apenas os argentinos a pagar o preço. Nós também, como parte do Sul, teremos que pagar nosso quinhão à velha ordem dominante internacional. Basta ver o quanto já custou, no último mês, obter o refinanciamento necessário para manter o “*roll-over*” da dívida.

¹⁵ Folha de São Paulo, 3 de junho de 1982.

É melhor, portanto, evitar, por irrealista, a indiferença frente ao conflito nas Malvinas, como se lá se desenrolasse uma fábula que não conta nada de nossas próprias agruras.

SÃO BERNARDO E GDANSK¹⁶

A analogia entre a situação brasileira e a polonesa é mais ou menos óbvia, sobretudo quando se leva em conta o papel do movimento operário no processo de democratização. Você, que esteve presente tanto na greve do ABC quanto na greve de Gdansk, poderia comentar as semelhanças ou diferenças existentes?

- Eu estava em Varsóvia em agosto do ano passado participando da Reunião Internacional de Sociologia. Quando saí de São Paulo, os jornais noticiavam com muita ênfase que a situação da Polônia era do tipo terminal, caótica e de muito temor pela invasão soviética iminente. Para minha surpresa, Varsóvia estava calma, não vi sequer as “imensas filas” que os jornais descreviam. Era verão, os restaurantes estavam abertos, o povo na rua, clima de distensão. Mais tarde percebi que isso também era ilusório. Na verdade, tratava-se de uma situação onde a tensão era contida. No terceiro dia do seminário as pessoas não falavam de outra coisa que não a tensão social, todo mundo de olho pregado na televisão.

- O seminário era na Academia de Ciências e alguns dos participantes eram membros do Partido Comunista. Percebi que, membros ou não do PC, todos os poloneses tinham horror dos russos. Não dos soviéticos, dos russos mesmo. Numa certa noite, em que havia rumores sobre uma invasão russa, isso ficou evidente. Apareciam declarações na televisão de que Moscou tinha comentado isso ou aquilo e tudo repercutia com grande nervosismo na população. O curioso é que eles escutavam a Voz da América e a BBC, que apareciam como paradigma de informação veraz. Intelectuais com quem conversei conheciam até os comentaristas dessas rádios e os levavam a sério.

- Contudo, o clima não era o mesmo que eu vi no Brasil na época de repressão. Fiquei interessado porque percebi que não havia medo. Acho que ele não existia porque não há tortura. As pessoas foram presas, mas a experiência da tortura não era viva, nessa época pelo menos, na memória da intelectualidade. Eles tinham medo da invasão, mais do que da polícia local.

Contudo, em outros movimentos grevistas houve uma repressão severa.

- Houve massacres, uma confrontação direta na rua, em 1970. Mas comparado com o ABC: estive em Gdansk enquanto ocorriam as negociações dentro do estaleiro Lênin. Lá havia muitas fábricas paradas e uma grande diferença em relação a Varsóvia, que estava cheia de bandeiras e retratos do Papa. O simbolismo é curioso: os dois símbolos, normalmente considerados conservadores, estavam ali para mostrar a vontade renovadora.

- Na porta do estaleiro Lênin uma enorme tabuleta mostrava as reivindicações fundamentais do movimento Solidariedade, do Lech Walesa. As discussões entre os líderes operários e o vice-ministro polonês eram transmitidas por alto-falantes. Em pequenos grupos, a população acompanhava todo o debate. A impressão geral era de incrível calma, era um movimento visivelmente organizado, contido. Não se tinha a sensação de estar vivendo um momento importante da história.

- Em Gdansk não vi nenhum aparato policial ostensivo. Aqui no ABC foi o contrário. O sindicato foi cercado, vieram o gás lacrimogêneo e as pauladas. Aliás, a massa é diferente na Polônia. O operário é do tipo francês, forte, gordo, bem-nutrido, com seu modo próprio de vestir. No ABC é uma massa com traços de subnutrição. Mesmo quem está ganhando bem vem de uma família que não comeu o suficiente.

Você tocou num ponto importante, a questão da organização. O movimento operário Solidariedade é extremamente bem organizado, com grande capacidade de mobilização e de comunicação com a massa operária e, ao mesmo tempo, não quer transformar essa força em poder político. Dá a impressão de que a passagem entre o social e o político é mais complicada.

- Exatamente. Era uma força contida, organizada, mas onde não se via uma passagem para o político.

¹⁶ Entrevista a José Augusto Guilhon de Albuquerque, “Folhetim”. *Folha de São Paulo*, 12 de junho de 1981.

Nessa organização era muito visível a presença de intelectuais. O Kor tinha muitos intelectuais...

Muitos católicos também?

- Não. Alguns marxistas, talvez. Os intelectuais do Kor eram, na maioria, dissidentes marxistas, muito ligados às universidades européias, principalmente a França. Eles funcionam como conselheiros em uma estrutura muito sofisticada. Nas nossas greves tem um bolo de gente que vai dar solidariedade, mas não tem estrutura de assessoria, de consulta. Aqui, é tudo caótico. Lá há um fluxo organizado, mecanismos de assessoria e de informação muito maduros.

- O Solidariedade se dizia não político no sentido tradicional, mas exigia conhecimento prévio dos planos de investimento do Estado. Hoje, o processo mudou de rumo. Creio que o aspecto católico prevaleceu como ideologia sobre a dissidência marxista na formação das lideranças operárias. O que há de novo na Polônia agora é o fato de que a mobilização na fábrica foi tão grande que obrigou o governo a negociar. Parece que pela primeira vez, agora, dia 14 de julho, vai haver um congresso do partido onde a delegação é real, foi eleita pelas bases.

- O curioso é que não foi a transformação do Solidariedade em partido, mas a repercussão do movimento da sociedade dentro do partido único que pôde produzir a transformação. Parece que uma parcela significativa dos membros do partido é solidária com o Solidariedade. Hoje o partido já passou ao diálogo e, parcialmente, a adotar teses que são democráticas. Um partido comunista no poder ser contaminado por um movimento social não-marxista é fato novo na história.

Ainda mais por um movimento que em momentos apareceu em confronto com as idéias do partido.

- Várias vezes em confronto com o partido. Mas quero esclarecer que não vi ninguém que fosse favorável à volta ao capitalismo. A discussão não é do sistema sócio-econômico, é do sistema político. É a reivindicação de liberdade, de autonomia. Há uma profunda antipatia por tudo que seja centralismo. Eles realmente jogam a culpa de todos os males na burocracia. O que vai dar tudo isso eu não sei. Há um ano a imprensa ocidental dizia que os russos iam invadir e não invadiram. Uma transformação muito grande está ocorrendo nas fronteiras da URSS. O que Moscou fará?

As pressões existem...

- As pressões são reais. As tropas soviéticas estão dentro da Polônia e Moscou manda recados explícitos, mas não invadem.

E por que não invadem?

- Acho que é porque o custo da invasão é alto. No caso polonês não se pode liquidar rapidamente, em 24 horas tomar conta e criar uma nova liderança. É um país que está organizado, tentando debater. A invasão terá um custo alto, político e também físico.

O exército polonês resistiria?

- Naquela época se dizia que o exército polonês havia reprimido algumas greves importantes anteriores e não estaria disposto a cobrir uma invasão. Eu não sei até que ponto isso vai ou não acontecer. Acho que há, também, um certo preconceito do lado de cá, do mundo ocidental, a respeito de como as coisas se dão no mundo socialista hoje. Por exemplo, na Hungria. É um país que tem um governo que foi posto lá depois das lutas de 1956, um governo que assimilou a ideologia liberalizante. Claro que fez lá o que estão fazendo os nossos aqui, uma abertura à moda da casa, mas fez alguma abertura. Fizeram a abertura à moda socialista lá, justamente para evitar um choque maior.

Pornochanchadas, calça Lee, Coca-Cola...

- E muito tempo de lazer, muitas férias, muitos lagos, muitos barcos a vela, muitos hotéis. Houve concessões nesse nível. Mas não na União Soviética.

Numa comparação, o sistema comunista tem que ser mais coeso, mais centralizado que o sistema brasileiro. O chamado sistema tem, aqui, a culpa de tudo, enquanto lá se tinha a espinha dorsal, o partido, que além de ser conhecido pela sua disciplina vem dar uma coesão muito maior. Então, como é que isso repercutiu no plano das liberdades civis?

- Até há um ano o grau de liberdade era muito pequeno, no sentido de que na imprensa havia muito controle, e na televisão nenhum acesso.

Tinha algumas manifestações?

- Tinha formas alternativas, mesmo fora da Igreja, no seguinte sentido: até um certo número de exemplares de tiragem isso era mais ou menos tolerável. Quer dizer, a *intelligentsia* podia se comunicar. E a Igreja tem mecanismos de comunicação mais rápidos. Mas, por outro lado, o acesso aos meios formais de comunicação de massa não era possível. O controle era muito restrito na imprensa, no rádio, na televisão. A imprensa mudou. Hoje, existe a imprensa onde o Solidariedade publica as suas coisas, há debates.

- Depois, há um problema que é a Polônia estar numa crise econômica sem paralelo. O Estado não foi capaz de dar solução para os problemas imediatos da população. Lá tem três mercados diferentes: um mercado ao nível do dólar, coisa aberta — não é negro não; você pode usar o dólar para comprar mercadorias. Um automóvel, se você comprar em dólar, recebe logo, se paga em slot entra na fila. Como é que tem o dólar? Porque tem os poloneses do resto do mundo que mandam dólar para a família. Mas é aberto o mercado do dólar, é assim que se justifica a entrada do dólar. Tem um mercado controlado centralmente, e tem um mercado livre. Toda a propriedade agrícola na Polônia é livre. Então há uma confusão de mercado muito grande, e uma capacidade muito relativa do governo de gerir essas questões, porque dá desigualdades, dá escassez de produtos.

- Por outro lado, o estilo polonês de crescimento econômico é mui parecido com o estilo brasileiro. No sentido de “vamos apertar o cinto e crescer 50 anos em 5”. Com o capital estrangeiro, com empréstimos. Fábricas estrangeiras que são postas lá. Quando houve a crise mundial, eles fizeram enormes aciarias para vender aço; ninguém compra aço no mundo hoje. Dimensionaram a economia para uma prosperidade e essa prosperidade foi abalada. Um pouco como nós aqui, que temos automóvel pra burro e não temos gasolina nem capacidade mais de levar esse sistema desse jeito. Então isso tudo desmoralizou muito o governo central, pela incapacidade de dar o arroz com feijão para aquela população e obrigar aquela população a trabalhar bastante no carvão para fazer divisas.

Tem desigualdade provocada por formas de corrupção? Isso teve um efeito importante?

- Psicológico, sim. Mostraram-me onde antes viviam os burocratas — digo antes porque houve uma decisão de descentralizar. Eles não queriam deixar todos os burocratas juntos. Dá muito na vista e os filhos dos burocratas muitas vezes ou vão para a dissidência ou são semibandidos, como em Brasília. É impunidade... Mas havia isso. É preciso dizer que o grau de igualdade comparado com o do brasileiro é enorme. O símbolo de desigualdade para nós fica até pequeno. A disparidade não é do tipo da nossa. Eu fui ao campo na Polônia. O campo que eu conheci, que vai de Varsóvia a Gdansk. Entrei em cidadezinhas, comi lá, no caminho. O nível de vida é incomparavelmente mais elevado que o nosso.

Está mais longe do Brasil, está mais perto da Itália?

- Está mais perto da Itália, da França. É elevado o nível de vida dessa população. Pelo menos da área que eu vi, que é uma área evidentemente rica.

Tem a ver também com a educação...

- Tem... e com o abandono do campo. No campo só estão os velhos, porque educa e vem para cidade. A Polônia saiu, depois da guerra, de uma situação muito difícil. O sistema socialista polonês, com todas as suas distorções, promoveu a melhoria de vida global da população. Mas isso já foi feito e ninguém se abala porque já conseguiram isso, eles querem mais. Noutros termos, a reivindicação é a de uma sociedade em que o essencial já está dado. Não é a reivindicação de uma sociedade miserável, não é o Terceiro Mundo que está esperneando, não é a sobrevivência que está em jogo, são outras coisas. O nível de aspiração é em outro

patamar, e isso é uma coisa importante de ser vista. Aliás isso vale para a Europa toda, socialista ou não socialista.

- As camadas burocráticas têm algumas vantagens, mas perto das vantagens brasileiras... aqui qualquer classe média alta brasileira esnoba um burocrata situado num país desses. A desigualdade aqui é tão grande! Mas os poloneses ficam apavorados, porque choca com a ideologia. A ideologia é centro de igualdade, qualquer desigualdade choca.

Eu sei que uma comparação dessas é muito difícil, mas se a gente comparasse o risco de retrocesso no Brasil, as ameaças de retrocesso e por outro lado, na expectativa desse congresso agora, a possibilidade de uma posição...

- A bomba deles e a nossa bomba...

Quem hoje tem mais chances de avançar no processo democrático?

- Se na Polônia eles avançarem, a natureza dessa democratização será mais elevada que a nossa. Não são as questões elementares como as nossas, não é o feijão com arroz, é realmente a participação, a autogestão e essas coisas. Se isso for exitoso será uma experiência histórica extraordinária. Mas se você quiser saber, qual é a probabilidade relativa de uma invasão soviética ou da eclosão de uma onda terrorista no Brasil, acho que uma invasão soviética talvez seja mais iminente. O Congresso agora, em julho, pode ser um desafio tão grande que dá uma espécie de ponto de não retorno na História. Se a União Soviética chegar a algum acordo com o que está acontecendo na Polônia, isso significa uma transformação impensável no que era o socialismo do tipo soviético. O que está em jogo lá, do ponto de vista moderno, é muito importante, enquanto que o que está em jogo no Brasil não é tão importante. Aqui, o que está em jogo é repetir o que nós já tivemos no passado, ou seja, abrir uma avenida do futuro. Lá, eles abrem a possibilidade de um socialismo com democracia.

O movimento operário no Brasil não pode chegar à mesma mobilização alcançada pelos poloneses?

- O movimento operário no Brasil é uma coisa difícil, espinhosa. A mobilização social pode ser barulhenta, mas não é contínua nem realmente forte. Na Polônia, a coisa é menos barulhenta, mas contínua e forte. A greve do ABC, por exemplo, tudo ficou concentrado ali e o resto do país ignorando. Num momento de tensão, durante a última greve, notei que estavam presentes as lideranças políticas de oposição, as lideranças operárias. Liderança operária não tem que estar presente no centro de São Bernardo, tem que estar presente em suas fábricas. Declaração de solidariedade faço eu, faz intelectual.

Mas será que o que ocorreu no ABC não foi a necessidade da vanguarda operária, por causa da ausência de representantes legítimos dentre os políticos?

- Os políticos que estavam em São Bernardo são os políticos dos vários partidos de oposição no Brasil. Eles estavam lá fazendo o que podem fazer nessa hora, que é dar um respaldo moral. Também é sabido que os partidos no Brasil não tem capacidade de mobilizar, mas tampouco os sindicatos têm. Eles têm uma capacidade tópica, na greve daquela fábrica. É como eu disse, em São Bernardo foi a comunidade, e eu acho que o importante lá foi isso, uma reação da comunidade. Mas não é o caso do movimento operário propriamente dito. Não se propagou, não houve um salto como no caso da Polônia, que mesmo dizendo não estar visando o político, puseram tudo em xeque. Acabaram exigindo tudo: liberdade religiosa, liberdade de imprensa, mudando o governo e mudando o partido. Não tem comparação. Agora, a Polônia também não começou no ano passado. Tem muitas lutas, acumulou experiências. Isso não quer dizer que no futuro não possamos ter no Brasil um movimento operário com características mais ativas. O que houve por enquanto entre nós — em que o ponto mais expressivo é o ABC, ainda isolado — ainda é pouco. Além disso a Polônia é um país onde o peso da classe trabalhadora é enorme.

Antecede inclusive, o regime...

- Antecede o regime. E esses operários são operários navais, ou então de carvão. São operários de tradição de resistência muito grande se bem que o operário metalúrgico na Polônia também teve um papel

muito grande, nas greves anteriores. Aqui, ainda é a idéia de se defender salários, no seu nível mais elementar, evitar que haja exploração total da força trabalhadora. Aqui as reivindicações da classe operária são reivindicações que na Europa fazem morrer de rir. São coisas adquiridas pelas classes trabalhadoras dos países capitalistas, não só dos países socialistas. O fato de não se aceitar representante de empresas é impensável. Quando você começa a descrever na Europa ou nos Estados Unidos o que é o mundo sindical brasileiro, ninguém acredita. Depois dizem que foram os militares que inventaram isso. Não sabem que sempre foi assim, desde o Getúlio, Os militares apenas mantiveram e pioraram. Não houve nada, a debilidade nossa foi tão grande que até hoje, com tudo que já aconteceu, não se mudou nada da lei sindical. Consegue-se mudar a lei eleitoral, anistia, mas não se mexe nada na lei sindical. Isso é fatal.